COLEÇÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

N.º 497

CONVENÇÃO PARA A REPRESSÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS E DO LENOCÍNIO

Concluída em Nova Iorque, a 21 de março de 1950.

Assinada pelo Brasil, a 5 de outubro de 1951.

Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 1958.

Depósito do instrumento de ratificação na ONU, a 12 de setembro de 1958.

Promulgada pelo Decreto n.º 46.981, de 8 de outubro de 1959.

Publicada no Diário Oficial de 13 de outubro de 1959.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

1966

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

DECRETO N.º 46.981 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1959

Promulga com o respectivo Protocolo Final, a convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, concluída em Lake Success, Nova Iorque, em 21 de março de 1950, e assinada pelo Brasil em 5 de outubro de 1951.

O Presidente da República:

Havendo o Congresso Nacional aprovado, pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 11 de junho de 1958, com o respectivo Protocolo Final, a Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio, concluída em Lake Success, em 21 de março de 1950, e assinada pelo Brasil, em 5 de outubro de 1951; e tendo sido depositado, a 12 de setembro de 1958, junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, o Instrumento brasileiro de ratificação da referida Convenção e seu Protocolo Final:

Decreta que a mencionada Convenção e respectivo Protocolo Final, apensos por cópia ao presente Decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nêles se contêm.

Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1959; 138.º da Independência e 71.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Horácio Lafer

CONVENÇÃO PARA A REPRESSÃO DE TRÁFICO DE PESSOAS E DO LENOCÍNIO

PREÂMBULO

Considerando que a prostituição e o mal que a acompanha, isto é, o tráfico de pessoas para fins de prostituição, são incompatíveis com a dignidade e o valor de pessoa humana e põem em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade,

Considerando que, com relação à repressão do tráfico de mulheres e crianças, estão em vigor os seguintes instrumentos internacionais:

1.º) Acôrdo internacional de 18 de maio de 1904 para a repressão do tráfico de mulheres brancas, emendado pelo Protocolo aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas a 3 de dezembro de 1948.

2.º) Convenção Internacional de 4 de maio de 1910, relativa à repressão do tráfico de mulheres brancas, emendada pelo Protocolo acima mencionado.

3.º) Convenção Internacional de 30 de setembro de 1921 para a repressão do tráfico de mulheres e crianças, emendada pelo Protocolo aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas a 20 de outubro de 1947.

4.º) Convenção Internacional de 11 de outubro de 1933 relativa à repressão do tráfico de mulheres maiores, emendada pelo Protocolo acima referido,

Considerando que a Liga das Nações havia elaborado em 1957 um projeto de Convenção para ampliar o campo de ação dos aludidos instrumentos e

Considerando que a evolução ocorrida depois de 1937 permite concluir uma convenção que uniforme os instrumentos acima mencionados e inclua o essencial do projeto da Convenção de 1937, com as emendas que se julgou conveniente introduzir:

Em conseqüência

As partes contratantes

Convêm no seguinte:

Artigo 1.º

As partes na presente Convenção convêm em punir tôda pessoa que, para satisfazer às paixões de outrem:

1.º) aliciar, induzir ou desencaminhar, para fins de prostituição, outra pessoa, ainda que com seu consentimento;

2.º) explorar a prostituição de outra pessoa, ainda que com seu consentimento.

Artigo 2.º

As partes na presente Convenção convêm igualmente em punir tôda pessoa que:

1.º) Mantiver, dirigir ou, conscientemente, financiar uma casa de prostituição ou contribuir para êsse financiamento.

2.º) Conscientemente, der ou tomar de aluguel, total ou parcialmente, um imóvel ou outro local, para fins de prostituição de outrem.

Artigo 3.º

Deverão ser também punidos, na medida permitida pela legislação nacional, tôda tentativa e ato preparatório efetuado com o fim de cometer as infrações de que tratam os Artigos 1.º e 2.º.

Artigo 4.º

Será também na medida permitida pela legislação nacional, a participação intencional nos atos de que tratam os Artigos 1.º e 2.º acima.

Os atos de participação serão considerados, na medida permitida pela legislação nacional, como infrações distintas, em todos os casos em que fôr necessário assim proceder para impedir a impunidade.

Artigo 5.º

Em todos os casos em que uma pessoa ofendida fôr autorizada pela legislação nacional a se constituir parte civil por causa de qualquer das infrações de que trata a presente Convenção, os estrangeiros estarão igualmente autorizados a se constituir parte civil, em igualdade de condições, com os nacionais.

Artigo 6.º

Cada Parte na presente Convenção convem em adotar tôdas as medidas necessárias para ab-rogar ou abolir tôda lei, regulamento e prática administrativa que obriguem a inscrever-se em registros especiais, possuir documentos especiais ou conformar-se a condições excepcionais de vigilância ou de notificação as pessoas que se entregam ou que se supõem entregar-se à prostituição.

Artigo 7.º

Qualquer condenação anterior, pronunciada em Estado Estrangeiro por um dos atos de que trata a Convenção, será, na medida permitida pela legislação nacional, tomada em consideração:

1.º) Para estabelecer a reincidência,

2.º) Para declarar incapacidade, perda ou interdição de direito público ou privado.

Artigo 8.º

Os atos de que tratam os Artigos 1.º e 2.º da presente Convenção serão considerados como casos de extradição em todos os tratados de extradição, concluídos ou por concluir, entre Partes na presente Convenção.

As Partes na presente Convenção, que não subordinem a extradição à existência de um tratado, reconhecerão, de agora em diante, os atos de que tratam os Artigos 1.º e 2.º da presente Convenção como caso de extradição entre elas.

A extradição será concedida de acôrdo com o direito do Estado ao qual foi requerida.

Artigo 9.º

Os nacionais de um Estado, cuja legislação não admitir a extradição de nacionais que regressam a êsse Estado após haverem cometido no estrangeiro qualquer dos atos de que tratam os Artigos 1.º e 2.º da presente Convenção, deverão ser julgados e punidos pelos tribunais de seu próprio Estado.

Esta disposição não será obrigatória se, em caso análogo e que interessar à Parte na presente Convenção, não puder ser concedida a extradição de um estrangeiro.

Artigo 10

As disposições do Artigo 9.º não se aplicarão quando o réu tiver sido julgado em um Estado estrangeiro e, em caso de condenação, se cumpriu a pena ou se gozou do benefício de comutação ou redução da pena prevista pela lei do referido Estado estrangeiro.

Artigo 11

Nenhuma das disposições da presente Convenção poderá ser interpretada como prejudicial à situação de uma Parte na Convenção com referência à questão geral da competência da jurisdição penal em Direito Internacional.

Artigo 12

A presente Convenção não afeta o princípio de que os atos a que se refere deverão, em cada Estado, ser qualificados, processados e julgados de acôrdo com a legislação nacional.

Artigo 13

As Partes na presente Convenção serão obrigadas a executar as cartas rogatórias relativas às infrações de que trata a Convenção, de acôrdo com as leis e costumes nacionais.

A transmissão de cartas rogatórias será efetuada:

1.º) Por comunicação direta entre as autoridades judiciárias;

2.º) Por correspondência direta entre Ministros da Justiça dos dois Estados, ou por comunicação direta de outra autoridade competente do Estado requerente ao Ministro da Justiça do Estado requerido;

3.º) Por intermédio do representante diplomático ou consular do Estado requerente no Estado requerido; êsse representante enviará diretamente as cartas rogatórias à autoridade judiciária competente ou à autoridade indicada pelo Govêrno do Estado requerido e dela receberá diretamente os documentos necessários à execução das cartas rogatórias.

Nos casos 1 e 3, uma cópia da carta rogatória deverá ser, na mesma ocasião, encaminhada à autoridade superior do Estado requerido.

Salvo acôrdo em contrário, a carta rogatória deverá ser redigida no idioma da autoridade requerente, ressalvando-se ao Estado

requerido o direito de solicitar uma tradução em seu próprio idioma, devidamente autenticada pela autoridade requerente.

Cada Parte na presente Convenção comunicará a cada uma das outras Partes Contratantes a forma ou formas de transmissão dentre as acima mencionadas que admitirá para as cartas rogatórias da referida Parte.

Até que um Estado faça tal comunicação, o processo em vigor para cartas rogatórias será mantido.

A execução das cartas rogatórias não poderá ocasionar o reembôlso de quaisquer direitos ou despesas, salvo as de perícia.

Nenhuma das disposições do presente Artigo deverá ser interpretada como compromisso das Partes na presente Convenção em admitir uma derrogação de suas leis, no que se refere ao processo e aos métodos empregados para estabelecer a prova em matéria penal.

Artigo 14

Cada uma das Partes na presente Convenção deverá criar ou manter um serviço encarregado de coordenar e centralizar os resultados das investigações relativas às infrações de que trata a presente Convenção.

Êsses serviços deverão reunir tôdas as informações que possam facilitar a prevenção e a repressão das infrações de que trata a presente Convenção e deverão manter estreitas relações com os serviços correspondentes dos demais Estados.

Artigo 15

As autoridades encarregadas dos serviços mencionados no Artigo 14 fornecerão às autoridades encarregadas dos serviços correspondentes nos demais Estados, na medida permitida pela legislação nacional, e quando julgarem útil, as seguintes informações:

1.ª) dados pormenorizados relativos a qualquer infração ou tentativa de infrações de que trata a presente Convenção;

2.ª) dados pormenorizados relativos a investigações, procesos, detenções, condenações, recusas e admissão ou expulsões de pessoas culpadas de quaisquer das infrações de que trata a presente Convenção, bem como aos deslocamentos dessas pessoas e quaisquer informações úteis a respeito das mesmas.

As informações que serão fornecidas compreenderão notadamente a descrição dos delinqüentes, suas impressões digitais e fotografia, indicações sôbre os métodos habituais, autos policiais e registros criminais.

Artigo 16

As Partes na presente Convenção se comprometem a adotar medidas para a prevenção da prostituição e para assegurar a reeducação e readaptação social das vítimas da prostituição e das infrações de que trata a presente Convenção, bem como a estimular a adoção dessas medidas por seus serviços públicos ou privados de caráter educativo, sanitário, social, econômico e outros serviços conexos.

Artigo 17

No que se refere à imigração, as Partes na presente Convenção convêm em adotar ou manter em vigor, nos limites de suas obrigações definidas pela presente Convenção, as medidas destinadas a combater o tráfico de pessoas de um ou outro sexo para fins de prostituição:

Comprometem-se principalmente:

1.º) a promulgar os regulamentos necessários para a proteção dos imigrantes ou emigrantes, em particular das mulheres e crianças, quer nos lugares de partida e chegada, quer durante a viagem;

2.º) a adotar disposições para organizar uma propaganda apropriada destinada a advertir o público contra os perigos dêsse tráfico;

3.º) a adotar medidas apropriadas para manter a vigilância nas estações ferroviárias, aeroportos, portos marítimos, em viagens e lugares públicos a fim de impedir o tráfico internacional de pessoas para fins de prostituição;

4.º) a adotar as medidas apropriadas para que as autoridades competentes estejam ao corrente da chegada de pessoas que pareçam "prima facie" culpadas, co-autoras ou vítimas dêsse tráfico.

Artigo 18

As Partes na presente Convenção convêm em tomar, de acôrdo com as condições estipuladas pelas respectivas legislações nacionais, as declarações das pessoas de nacionalidade estrangeira que se entregam à prostituição, a fim de estabelecer sua identidade e estado civil e procurar quem as induziu a deixar seu Estado. Tais informações serão comunicadas às autoridades do Estado de origem das referidas pessoas para eventual repatriação.

Artigo 19

As Partes na presente Convenção se comprometem, conforme as condições estipuladas pela respectiva legislação nacional, e sem prejuízo de processos ou de qualquer outra ação motivada por infrações a suas disposições, e tanto quanto possível:

1.º) A tomar as medidas apropriadas para prover as necessidades e assegurar a manutenção, provisòriamente, das vítimas do tráfico internacional para fins de prostituição, quando destituídas de recursos, até que sejam tomadas tôdas as providências para repatriação.

2.º) A repatriar as pessoas de que trata o Artigo 18, que o desejarem ou que forem reclamadas por pessoas que sôbre elas tenham autoridade e aquelas cuja expulsão foi decretada conforme a lei. A repatriação não será efetuada senão depois de entendimento com o Estado de destino, sôbre a identidade e a nacionalidade, assim como sôbre o lugar e a data da chegada às fronteiras. Cada uma das Partes na presente Convenção facilitará o trânsito das pessoas em aprêço no seu território. Quando as pessoas de que trata a alínea precedente não puderem pessoalmente arcar com as despesas de repatriação e quando não tiverem cônjuge, nem parentes, nem tutor que pague por elas, as despesas de repatriação estarão a cargo do Estado onde elas se encontram, até a fronteira, pôrto de embarque ou aeroporto mais próximo na direção do Estado de origem, e, em seguida, a cargo do Estado de origem.

Artigo 20

As partes na presente Convenção, convêm, se já não o fizeram, em adotar as medidas necessárias para exercer vigilância nos escritórios ou agências de colocação, para evitar que as pessoas que procuram emprêgo, especialmente as mulheres e crianças, fiquem sujeitas ao perigo da prostituição.

Artigo 21

As Partes na presente Convenção comunicarão ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas suas leis e regulamentos relativos à matéria da presente Convenção, assim como tôdas as medidas que tomarem para aplicar a Convenção. As informações recebidas serão publicadas periòdicamente pelo Secretário Geral e enviadas a todos os Membros da Organização das Nações Unidas e aos Estados não membros aos quais a presente Convenção tiver sido oficialmente comunicada, de acôrdo com as disposições do Artigo 23.

Artigo 22

Se surgir entre as Partes na presente Convenção qualquer dúvida relativa à sua interpretação ou aplicação, e se esta dúvida não puder ser resolvida por outros meios, será, a pedido de qualquer das Partes em litígio, submetida à Côrte Internacional de Justiça.

Artigo 23

A presente Convenção será aberta à assinatura de todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e de qualquer outro Estado convidado, para êsse fim, pelo Conselho Econômico e Social. Ela será ratificada e os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

Os Estados mencionados no parágrafo primeiro, que não assinaram a Convenção, poderão a ela aderir. A adesão se fará com o depósito de um instrumento de adesão, junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

Para os fins da presente Convenção, a palavra "Estado" designará também as colônias e territórios sob tutela, dependentes do Estado que assina ou ratifica a Convenção, ou que a ela adere, assim como todos os territórios que êste Estado represente no plano internacional.

Artigo 24

A presente Convenção entrará em vigor noventa dias depois da data do depósito do segundo instrumento de ratificação ou de adesão.

Para cada um dos Estados que ratificarem ou aderirem depois do depósito do segundo instrumento de ratificação ou adesão, ela

entrará em vigor noventa dias depois do depósito, por êste Estado, de seu instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo 25

Ao término do prazo de cinco anos a partir da entrada em vigor da presente Convenção, qualquer Parte na Convenção pode denunciá-la por notificação escrita endereçada ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

A denúncia produzirá efeitos, para a Parte interessada, um ano depois de recebida pelo Secretário Geral da Organização das Nações Unidas.

Artigo 26

O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas notificará a todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e aos Estados não membros mencionados no Artigo 23:

a) As assinaturas, ratificações e adesões recebidas nos têrmos do artigo 23;

b) A data da entrada em vigor da presente Convenção nos têrmos do artigo 24;

c) As denúncias recebidas nos têrmos do artigo 25.

Artigo 27

Cada uma das Partes na presente Convenção se compromete a tomar, conforme sua Constituição, as medidas legislativas ou outras necessárias a assegurar a aplicação da Convenção.

Artigo 28

As disposições da presente Convenção anulam e substituem, entre as Partes, as disposições dos instrumentos internacionais nas alíneas 1, 2, 3, e 4 do segundo parágrafo do preâmbulo; cada um dêles será considerado caduco, quando tôdas as Partes neste instrumento se tornarem Partes na presente Convenção.

Em fé do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus Governos, assinaram a presente Convenção, aberta à assinatura em Lake Success, Nova Iorque, aos vinte e um de março de mil novecentos e cinqüenta, uma cópia da qual, devidamente

autenticada, será enviada pelo Secretário Geral a todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e aos Estados não membros de que trata no artigo 23.

PROTOCOLO FINAL

Nenhuma das disposições da presente Convenção poderá ser interpretada em detrimento de qualquer legislação que, para a aplicação das disposições destinadas à supressão do tráfico internacional de pessoas e do lenocínio, preveja condições mais rigorosas do que as estipuladas na presente Convenção.

As disposições dos artigos 23 a 26, inclusive, da Convenção aplicar-se-ão ao presente Protocolo.

No. 1342

DENMARK, ECUADOR, INDIA, etc.

Convention for the Suppression of the Traffic in Persons and of the Exploitation of the Prostitution of Others (with Final Protocol). Opened for signature at Lake Success, New York, on 21 March 1950

Official texts: Chinese, English, French, Russian and Spanish.
Registered ex officio *on 25 July 1951.*

DANEMARK, ÉQUATEUR, INDE, etc.

Convention pour la répression de la traite des êtres humains et de l'exploitation de la prostitution d'autrui (et Protocole de clôture). Ouverte à la signature à Lake Success (New York), le 21 mars 1950

Textes officiels anglais, chinois, espagnol, français et russe.
Enregistrée d'office le 25 juillet 1951.

No. 1342. CONVENTION[1] FOR THE SUPPRESSION OF THE TRAFFIC IN PERSONS AND OF THE EXPLOITATION OF THE PROSTITUTION OF OTHERS. OPENED FOR SIGNATURE AT LAKE SUCCESS, NEW YORK, ON 21 MARCH 1950

PREAMBLE

Whereas prostitution and the accompanying evil of the traffic in persons for the purpose of prostitution are incompatible with the dignity and worth of the human person and endanger the welfare of the individual, the family and the community,

Whereas, with respect to the suppression of the traffic in women and children, the following international instruments are in force :

1. International Agreement of 18 May 1904 for the Suppression of the White Slave Traffic, as amended by the Protocol approved by the General Assembly of the United Nations on 3 December 1948,[2]

2. International Convention of 4 May 1910 for the Suppression of the White Slave Traffic, as amended by the above-mentioned Protocol,[3]

3. International Convention of 30 September 1921 for the Suppression of the Traffic in Women and Children, as amended by the Protocol approved by the General Assembly of the United Nations on 20 October 1947,[4]

4. International Convention of 11 October 1933 for the Suppression of the Traffic in Women of Full Age, as amended by the aforesaid Protocol,[5]

Whereas the League of Nations in 1937 prepared a draft Convention[6] extending the scope of the above-mentioned instruments, and

---

[1] Came into force on 25 July 1951, the ninetieth day following the date of deposit of the second instrument of ratification or accession, in accordance with article 24.
The following States deposited with the Secretary-General of the United Nations their instruments of ratification or accession on the dates indicated :

Accession.—Israel	. . . . .	28 December 1950
Ratification.—Yugoslavia	. . . . .	26 April 1951

[2] United Nations, *Treaty Series*, Vol. 92, p. 19.

[3] United Nations, *Treaty Series*, Vol. 98, p. 109.

[4] United Nations, *Treaty Series*, Vol. 53, p. 39, Vol. 65, p. 333; Vol. 76, p. 281, and Vol. 77, p. 364.

[5] United Nations, *Treaty Series*, Vol. 53, p. 49; Vol. 65, p. 334; Vol. 76, p. 281, and Vol. 77, p. 365.

[6] League of Nations, document C.331.M.223.1937.IV.

N° 1342. CONVENTION[1] POUR LA RÉPRESSION DE LA TRAITE DES ÊTRES HUMAINS ET DE L'EXPLOITATION DE LA PROSTITUTION D'AUTRUI. OUVERTE A LA SIGNATURE A LAKE SUCCESS (NEW-YORK), LE 21 MARS 1950

PRÉAMBULE

Considérant que la prostitution et le mal qui l'accompagne, à savoir la traite des êtres humains en vue de la prostitution, sont incompatibles avec la dignité et la valeur de la personne humaine et mettent en danger le bien-être de l'individu, de la famille et de la communauté,

Considérant qu'en ce qui concerne la répression de la traite des femmes et des enfants, les instruments internationaux suivants sont en vigueur :

1. Arrangement international du 18 mai 1904[2] pour la répression de la traite des blanches, amendé par le Protocole approuvé par l'Assemblée générale des Nations Unies, le 3 décembre 1948,

2. Convention internationale du 4 mai 1910[3] relative à la répression de la traite des blanches, amendée par le Protocole susmentionné,

3. Convention internationale du 30 septembre 1921[4] pour la répression de la traite des femmes et des enfants, amendée par le Protocole approuvé par l'Assemblée générale des Nations Unies, le 20 octobre 1947,

4. Convention internationale du 11 octobre 1933[5] pour la répression de la traite des femmes majeures, amendée par le Protocole susmentionné,

Considérant que la Société des Nations avait élaboré en 1937 un projet de Convention[6] étendant le champ des instruments susmentionnés, et

---

[1] Entrée en vigueur le 25 juillet 1951, le quatre-vingt-dixième jour qui a suivi la date de dépôt du deuxième instrument de ratification ou d'adhésion, conformément à l'article 24.

Les États suivants ont déposé auprès du Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies leurs instruments de ratification ou d'adhésion aux dates indiquées ci-dessous :

Adhésion. — Israël . . . . . 28 décembre 1950
Ratification. — Yougoslavie . . . . 26 avril 1951

[2] Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 92, p. 19.

[3] Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 98, p. 109.

[4] Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 53, p. 39; vol. 65, p. 333; vol. 76, p. 281; et vol. 77, p. 364.

[5] Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 53, p. 49; vol. 65, p. 334; vol. 76, p. 281, et vol. 77, p. 365.

[6] Société des Nations, document C.331.M.223.1937.IV.

Whereas developments since 1937 make feasible the conclusion of a convention consolidating the above-mentioned instruments and embodying the substance of the 1937 draft Convention as well as desirable alterations therein;

Now therefore
The Contracting Parties
Hereby agree as hereinafter provided:

Article 1

The Parties to the present Convention agree to punish any person who, to gratify the passions of another :

1. Procures, entices or leads away, for purposes of prostitution, another person, even with the consent of that person;

2. Exploits the prostitution of another person, even with the consent of that person.

Article 2

The Parties to the present Convention further agree to punish any person who :

1. Keeps or manages, or knowingly finances or takes part in the financing of a brothel;

2. Knowingly lets or rents a building or other place or any part thereof for the purpose of the prostitution of otbers.

Article 3

To the extent permitted by domestic law, attempts to commit any of the offences referred to in articles 1 and 2, and acts preparatory to the commission thereof, shall also be punished.

Article 4

To the extent permitted by domestic law, intentional participation in the acts referred to in articles 1 and 2 above shall also be punishable.

To the extent permitted by domestic law, acts of participation shall be treated as separate offences whenever this is necessary to prevent impunity.

Article 5

In cases where injured persons are entitled under domestic law to be parties to proceedings in respect of any of the offences referred to in the present Convention, aliens shall be so entitled upon the same terms as nationals.

Considérant que l'évolution depuis 1937 permet de conclure une convention qui unifie les instruments ci-dessus mentionnés et renferme l'essentiel du projet de Convention de 1937 avec les amendements que l'on a jugé bon d'y apporter;

En conséquence,

Les Parties Contractantes

Conviennent de ce qui suit:

Article premier

Les Parties à la présente Convention conviennent de punir toute personne qui, pour satisfaire les passions d'autrui :

1. Embauche, entraîne ou détourne en vue de la prostitution une autre personne, même consentante;

2. Exploite la prostitution d'une autre personne, même consentante.

Article 2

Les Parties à la présente Convention conviennent également de punir toute personne qui :

1. Tient, dirige ou, sciemment, finance ou contribue à financer une maison de prostitution;

2. Donne ou prend sciemment en location, en tout ou en partie, un immeuble ou un autre lieu aux fins de la prostitution d'autrui.

Article 3

Dans la mesure où le permet la législation nationale, toute tentative et tout acte préparatoire accomplis en vue de commettre les infractions visées à l'article premier et à l'article 2 doivent aussi être punis.

Article 4

Dans la mesure où le permet la législation nationale, la participation intentionnelle aux actes visés à l'article premier et à l'article 2 ci-dessus est aussi punissable.

Dans la mesure où le permet la législation nationale, les actes de participation seront considérés comme des infractions distinctes dans tous les cas où il faudra procéder ainsi pour empêcher l'impunité.

Article 5

Dans tous les cas où une personne lésée est autorisée par la législation nationale à se constituer partie civile du chef de l'une quelconque des infractions visées par la présente Convention, les étrangers seront également autorisés à se constituer partie civile dans les mêmes conditions que les nationaux.

Article 6

Each Party to the present Convention agrees to take all the necessary measures to repeal or abolish any existing law, regulation or administrative provision by virtue of which persons who engage in or are suspected of engaging in prostitution are subject either to special registration or to the possession of a special document or to any exceptional requirements for supervision or notification.

Article 7

Previous convictions pronounced in foreign States for offences referred to in the present Convention shall, to the extent permitted by domestic law, be taken into account for the purpose of :

1. Establishing recidivism;
2. Disqualifying the offender from the exercise of civil rights.

Article 8

The offences referred to in articles 1 and 2 of the present Convention shall be regarded as extraditable offences in any extradition treaty which has been or may hereafter be concluded between any of the Parties to this Convention.

The Parties to the present Convention which do not make extradition conditional on the existence of a treaty shall henceforward recognize the offences referred to in articles 1 and 2 of the present Convention as cases for extradition between themselves.

Extradition shall be granted in accordance with the law of the State to which the request is made.

Article 9

In States where the extradition of nationals is not permitted by law, nationals who have returned to their own State after the commission abroad of any of the offences referred to in articles 1 and 2 of the present Convention shall be prosecuted in and punished by the courts of their own State.

This provision shall not apply if, in a similar case between the Parties to the present Convention, the extradition of an alien cannot be granted.

Article 10

The provisions of article 9 shall not apply when the person charged with the offence has been tried in a foreign State and, if convicted, has served his sentence or had it remitted or reduced in conformity with the laws of that foreign State.

Article 6

Chacune des Parties à la présente Convention convient de prendre toutes les mesures nécessaires pour abroger ou abolir toute loi, tout règlement et toute pratique administrative selon lesquels les personnes qui se livrent ou sont soupçonnées de se livrer à la prostitution doivent se faire inscrire sur des registres spéciaux, posséder des papiers spéciaux, ou se conformer à des conditions exceptionnelles de surveillance ou de déclaration.

Article 7

Toute condamnation antérieure prononcée dans un État étranger pour un des actes visés dans la présente Convention sera, dans la mesure où le permet la législation nationale, prise en considération :

1. Pour établir la récidive;

2. Pour prononcer des incapacités, la déchéance ou l'interdiction de droit public ou privé.

Article 8

Les actes visés à l'article premier et à l'article 2 de la présente Convention seront considérés comme cas d'extradition dans tout traité d'extradition conclu ou à conclure entre des Parties à la présente Convention.

Les Parties à la présente Convention qui ne subordonnent pas l'extradition à l'existence d'un traité reconnaissent dorénavant les actes visés à l'article premier et à l'article 2 de la présente Convention comme cas d'extradition entre elles.

L'extradition sera accordée conformément au droit de l'État requis.

Article 9

Les ressortissants d'un État dont la législation n'admet pas l'extradition des nationaux et qui sont rentrés dans cet État après avoir commis à l'étranger l'un des actes visés par l'article premier et par l'article 2 de la présente Convention doivent être poursuivis devant les tribunaux de leur propre État et punis par ceux-ci.

Cette disposition n'est pas obligatoire si, dans un cas semblable intéressant des Parties à la présente Convention, l'extradition d'un étranger ne peut pas être accordée.

Article 10

Les dispositions de l'article 9 ne s'appliquent pas lorsque l'inculpé a été jugé dans un État étranger, et, en cas de condamnation, lorsqu'il a purgé la peine ou bénéficié d'une remise ou d'une réduction de peine prévue par la loi dudit État étranger.

Article 11

Nothing in the present Convention shall be interpreted as determining the attitude of a Party towards the general question of the limits of criminal jurisdiction under international law.

Article 12

The present Convention does not affect the principle that the offences to which it refers shall in each State be defined, prosecuted and punished in conformity with its domestic law.

Article 13

The Parties to the present Convention shall be bound to execute letters of request relating to offences referred to in the Convention in accordance with their domestic law and practice.

The transmission of letters of request shall be effected :

1. By direct communication between the judicial authorities; or

2. By direct communication between the Ministers of Justice of the two States, or by direct communication from another competent authority of the State making the request to the Minister of Justice of the State to which the request is made; or

3. Through the diplomatic or consular representative of the State making the request in the State to which the request is made; this representative shall send the letters of request direct to the competent judicial authority or to the authority indicated by the Government of the State to which the request is made, and shall receive direct from such authority the papers constituting the execution of the letters of request.

In cases 1 and 3 a copy of the letters of request shall always be sent to the superior authority of the State to which application is made.

Unless otherwise agreed, the letters of request shall be drawn up in the language of the authority making the request, provided always that the State to which the request is made may require a translation in its own language, certified correct by the authority making the request.

Each Party to the present Convention shall notify to each of the other Parties to the Convention the method or methods of transmission mentioned above which it will recognize for the letters of request of the latter State.

Until such notification is made by a State, its existing procedure in regard to letters of request shall remain in force.

Article 11

Aucune disposition de la présente Convention ne sera interprétée comme portant atteinte à l'attitude d'une Partie à ladite Convention sur la question générale de la compétence de la juridiction pénale comme question de droit international.

Article 12

La présente Convention laisse intact le principe que les actes qu'elle vise doivent dans chaque État être qualifiés, poursuivis et jugés conformément à la législation nationale.

Article 13

Les Parties à la présente Convention sont tenues d'exécuter les commissions rogatoires relatives aux infractions visées par la Convention, conformément à leur législation nationale et à leur pratique en cette matière.

La transmission des commissions rogatoires doit être opérée :

1. Soit par voie de communication directe entre les autorités judiciaires;

2. Soit par correspondance directe entre les Ministres de la Justice de deux États, ou par envoi direct, par une autre autorité compétente de l'État requérant, au Ministre de la Justice de l'État requis;

3. Soit par l'intermédiaire de l'agent diplomatique ou consulaire de l'État requérant dans l'État requis; cet agent enverra directement les commissions rogatoires à l'autorité judiciaire compétente ou à l'autorité indiquée par le Gouvernement de l'État requis, et recevra directement de cette autorité les pièces constituant l'exécution des commissions rogatoires.

Dans les cas 1 et 3, copie de la commission rogatoire sera toujours adressée en même temps à l'autorité supérieure de l'État requis.

A défaut d'entente contraire, la commission rogatoire doit être rédigée dans la langue de l'autorité requérante, sous réserve que l'État requis aura le droit d'en demander une traduction faite dans sa propre langue et certifiée conforme par l'autorité requérante.

Chaque Partie à la présente Convention fera connaître, par une communication adressée à chacune des autres Parties à la Convention, celui ou ceux des modes de transmission susvisés qu'elle admet pour les commissions rogatoires de ladite Partie.

Jusqu'au moment où un État fera une telle communication, la procédure en vigueur en fait de commissions rogatoires sera maintenue.

Execution of letters of request shall not give rise to a claim for reimbursement of charges or expenses of any nature whatever other than expenses of experts.

Nothing in the present article shall be construed as an undertaking on the part of the Parties to the present Convention to adopt in criminal matters any form or methods of proof contrary to their own domestic laws.

Article 14

Each Party to the present Convention shall establish or maintain a service charged with the co-ordination and centralization of the results of the investigation of offences referred to in the present Convention.

Such services should compile all information calculated to facilitate the prevention and punishment of the offences referred to in the present Convention and should be in close contact with the corresponding services in other States.

Article 15

To the extent permitted by domestic law and to the extent to which the authorities responsible for the services referred to in article 14 may judge desirable, they shall furnish to the authorities responsible for the corresponding services in other States the following information:

1. Particulars of any offence referred to in the present Convention or any attempt to commit such offence;

2. Particulars of any search for and any prosecution, arrest, conviction, refusal of admission or expulsion of persons guilty of any of the offences referred to in the present Convention, the movements of such persons and any other useful information with regard to them.

The information so furnished shall include descriptions of the offenders, their fingerprints, photographs, methods of operation, police records and records of conviction.

Article 16

The Parties to the present Convention agree to take or to encourage, through their public and private educational, health, social, economic and other related services, measures for the prevention of prostitution and for the rehabilitation and social adjustment of the victims of prostitution and of the offences referred to in the present Convention.

L'exécution des commissions rogatoires ne pourra donner lieu au remboursement d'aucun droit ou frais autres que les frais d'expertise.

Rien dans le présent article ne devra être interprété comme constituant de la part des Parties à la présente Convention un engagement d'admettre une dérogation à leurs lois en ce qui concerne la procédure et les méthodes employées pour établir la preuve en matière répressive.

Article 14

Chacune des Parties à la présente Convention doit créer ou maintenir un service chargé de coordonner et de centraliser les résultats des recherches relatives aux infractions visées par la présente Convention.

Ces services devront réunir tous les renseignements qui pourraient aider à prévenir et à réprimer les infractions visées par la présente Convention et devront se tenir en contact étroit avec les services correspondants des autres États.

Article 15

Dans la mesure où le permet la législation nationale et où elles le jugeront utile, les autorités chargées des services mentionnés à l'article 14 donneront aux autorités chargées des services correspondants dans les autres États les renseignements suivants :

1. Des précisions concernant toute infraction ou tentative d'infraction visée par la présente Convention;

2. Des précisions concernant les recherches, poursuites, arrestations, condamnations, refus d'admission ou expulsions de personnes coupables de l'une quelconque des infractions visées par la présente Convention ainsi que les déplacements de ces personnes et tous autres renseignements utiles à leur sujet.

Les renseignements à fournir comprendront notamment le signalement des délinquants, leurs empreintes digitales et leur photographie, des indications sur leurs procédés habituels, les procès-verbaux de police et les casiers judiciaires.

Article 16

Les Parties à la présente Convention conviennent de prendre ou d'encourager, par l'intermédiaire de leurs services sociaux, économiques, d'enseignement, d'hygiène et autres services connexes, qu'ils soient publics ou privés, les mesures propres à prévenir la prostitution et à assurer la rééducation et le reclassement des victimes de la prostitution et des infractions visées par la présente Convention.

Article 17

The Parties to the present Convention undertake, in connexion with immigration and emigration, to adopt or maintain such measures as are required in terms of their obligations under the present Convention, to check the traffic in persons of either sex for the purpose of prostitution.

In particular they undertake :

1. To make such regulations as are necessary for the protection of immigrants or emigrants, and in particular, women and children, both at the place of arrival and departure and while *en route*;

2. To arrange for appropriate publicity warning the public of the dangers of the aforesaid traffic;

3. To take appropriate measures to ensure supervision of railway stations, airports, seaports and *en route*, and of other public places, in order to prevent international traffic in persons for the purpose of prostitution;

4. To take appropriate measures in order that the appropriate authorities be informed of the arrival of persons who appear, *prima facie*, to be the principals and accomplices in or victims of such traffic.

Article 18

The Parties to the present Convention undertake, in accordance with the conditions laid down by domestic law, to have declarations taken from aliens who are prostitutes, in order to establish their identity and civil status and to discover who has caused them to leave their State. The information obtained shall be communicated to the authorities of the State of origin of the said persons with a view to their eventual repatriation.

Article 19

The Parties to the present Convention undertake, in accordance with the conditions laid down by domestic law and without prejudice to prosecution or other action for violations thereunder and so far as possible :

1. Pending the completion of arrangements for the repatriation of destitute victims of international traffic in persons for the purpose of prostitution, to make suitable provisions for their temporary care and maintenance;

2. To repatriate persons referred to in article 18 who desire to be repatriated or who may be claimed by persons exercising authority over them or whose

Article 17

Les Parties à la présente Convention conviennent, en ce qui concerne l'immigration et l'émigration, de prendre ou de maintenir en vigueur, dans les limites de leurs obligations définies par la présente Convention, les mesures destinées à combattre la traite des personnes de l'un ou de l'autre sexe aux fins de prostitution.

Elles s'engagent notamment :

1. A promulguer les règlements nécessaires pour la protection des immigrants ou émigrants, en particulier des femmes et des enfants, tant aux lieux d'arrivée et de départ qu'en cours de route;

2. A prendre des dispositions pour organiser une propagande appropriée qui mette le public en garde contre les dangers de cette traite;

3. A prendre les mesures appropriées pour qu'une surveillance soit exercée dans les gares, les aéroports, les ports maritimes, en cours de voyage et dans les lieux publics, en vue d'empêcher la traite internationale des êtres humains aux fins de prostitution;

4. A prendre les mesures appropriées pour que les autorités compétentes soient prévenues de l'arrivée de personnes qui paraissent manifestement coupables, complices ou victimes de cette traite.

Article 18

Les Parties à la présente Convention s'engagent à faire recueillir, conformément aux conditions stipulées par leur législation nationale, les déclarations des personnes de nationalité étrangère qui se livrent à la prostitution, en vue d'établir leur identité et leur état civil et de rechercher qui les a décidées à quitter leur État. Ces renseignements seront communiqués aux autorités de l'État d'origine desdites personnes en vue de leur rapatriement éventuel.

Article 19

Les Parties à la présente Convention s'engagent, conformément aux conditions stipulées par leur législation nationale et sans préjudice des poursuites ou de toute autre action intentée pour des infractions à ses dispositions et autant que faire se peut :

1. A prendre les mesures appropriées pour pourvoir aux besoins et assurer l'entretien, à titre provisoire, des victimes de la traite internationale aux fins de prostitution, lorsqu'elles sont dépourvues de ressources en attendant que soient prises toutes les dispositions en vue de leur rapatriement;

2. A rapatrier celles des personnes visées à l'article 18 qui le désireraient ou qui seraient réclamées par des personnes ayant autorité sur elles et celles

expulsion is ordered in conformity with the law. Repatriation shall take place only after agreement is reached with the State of destination as to identity and nationality as well as to the place and date of arrival at frontiers. Each Party to the present Convention shall facilitate the passage of such persons through its territory.

Where the persons referred to in the preceding paragraph cannot themselves repay the cost of repatriation and have neither spouse, relatives nor guardian to pay for them, the cost of repatriation as far as the nearest frontier or port of embarkation or airport in the direction of the State of origin shall be borne by the State where they are in residence, and the cost of the remainder of the journey shall be borne by the State of origin.

Article 20

The Parties to the present Convention shall, if they have not already done so, take the necessary measures for the supervision of employment agencies in order to prevent persons seeking employment, in particular women and children, from being exposed to the danger of prostitution.

Article 21

The Parties to the present Convention shall communicate to the Secretary-General of the United Nations such laws and regulations as have already been promulgated in their States, and thereafter annually such laws and regulations as may be promulgated, relating to the subjects of the present Convention, as well as all measures taken by them concerning the application of the Convention. The information received shall be published periodically by the Secretary-General and sent to all Members of the United Nations and to non-member States to which the present Convention is officially communicated in accordance with article 23.

Article 22

If any dispute shall arise between the Parties to the present Convention relating to its interpretation or application and if such dispute cannot be settled by other means, the dispute shall, at the request of any one of the Parties to the dispute, be referred to the International Court of Justice.

Article 23

The present Convention shall be open for signature on behalf of any Member of the United Nations and also on behalf of any other State to which an invitation has been addressed by the Economic and Social Council.

The present Convention shall be ratified and the instruments of ratification shall be deposited with the Secretary-General of the United Nations.

dont l'expulsion est décrétée conformémcnt à la loi. Le rapatriement ne sera effectué qu'après entente sur l'identité et la nationalité avec l'État de destination, ainsi que sur le lieu et la date de l'arrivée aux frontières. Chacune des Parties à la présente Convention facilitera le transit des personnes en question sur son territoire.

Au cas où les personnes visées à l'alinéa précédent ne pourraient rembourser elles-mêmes les frais de leur rapatriement et où elles n'auraient ni conjoint, ni parent, ni tuteur qui payerait pour elles, les frais de rapatriement seront à la charge de l'État où elles se trouvent jusqu'à la frontière, au port d'embarquement, ou à l'aéroport le plus proche dans la direction de l'État d'origine, et, au-delà, à la charge de l'État d'origine.

Article 20

Les Parties à la présente Convention s'engagent, si elles ne l'ont déjà fait, à prendre les mesures nécessaires pour exercer une surveillance sur les bureaux ou agences de placement, en vue d'éviter que les personnes qui cherchent un emploi, particulièrement les femmes et les enfants, ne soient exposées au danger de la prostitution.

Article 21

Les Parties à la présente Convention communiqueront au Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies leurs lois et règlements en vigueur et, annuellement par la suite, tous nouveaux textes de lois ou règlements relatifs à l'objet de la présente Convention, ainsi que toutes mesures qu'elles auront prises pour l'application de la Convention. Les renseignements reçus seront publiés périodiquement par le Secrétaire général et adressés à tous les Membres de l'Organisation des Nations Unies et aux États non membres auxquels la présente Convention aura été officiellement communiquée, conformément aux dispositions de l'article 23.

Article 22

S'il s'élève entre les Parties à la présente Convention un différend quelconque relatif à son interprétation ou à son application, et si ce différend ne peut être réglé par d'autres moyens, il sera, à la demande de l'une quelconque des Parties au différend, soumis à la Cour internationale de Justice.

Article 23

La présente Convention sera ouverte à la signature de tous les États Membres de l'Organisation des Nations Unies et de tout autre État auquel le Conseil économique et social aura adressé une invitation à cet effet.

Elle sera ratifiée et les instruments de ratification seront déposés auprès du Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies.

The States mentioned in the first paragraph which have not signed the Convention may accede to it.

Accession shall be effected by deposit of an instrument of accession with the Secretary-General of the United Nations.

For the purpose of the present Convention the word " State " shall include all the colonies and Trust Territories of a State signatory or acceding to the Convention and all territories for which such State is internationally responsible.

Article 24

The present Convention shall come into force on the ninetieth day following the date of deposit of the second instrument of ratification or accession.

For each State ratifying or acceding to the Convention after the deposit of the second instrument of ratification or accession, the Convention shall enter into force ninety days after the deposit by such State of its instrument of ratification or accession.

Article 25

After the expiration of five years from the entry into force of the present Convention, any Party to the Convention may denounce it by a written notification addressed to the Secretary-General of the United Nations.

Such denunciation shall take effect for the Party making it one year from the date upon which it is received by the Secretary-General of the United Nations.

Article 26

The Secretary-General of the United Nations shall inform all Members of the United Nations and non-member States referred to in article 23 :

(*a*) Of signatures, ratifications and accessions received in accordance with article 23;

(*b*) Of the date on which the present Convention will come into force in accordance with article 24;

(*c*) Of denunciations received in accordance with article 25.

Article 27

Each Party to the present Convention undertakes to adopt, in accordance with its Constitution, the legislative or other measures necessary to ensure the application of the Convention.

Les États mentionnés au paragraphe premier, qui n'ont pas signé la Convention, pourront y adhérer.

L'adhésion se fera par le dépôt d'un instrument d'adhésion auprès du Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies.

Aux fins de la présente Convention, le mot « État » désignera également toutes les colonies et Territoires sous tutelle dépendant de l'État qui signe ou ratifie la Convention, ou y adhère, ainsi que tous les territoires que cet État représente sur le plan international.

Article 24

La présente Convention entrera en vigueur le quatre-vingt-dixième jour qui suivra la date du dépôt du deuxième instrument de ratification ou d'adhésion.

Pour chacun des États qui ratifieront ou adhéreront après le dépôt du deuxième instrument de ratification ou d'adhésion, elle entrera en vigueur quatre-vingt-dix jours après le dépôt par cet État de son instrument de ratification ou d'adhésion.

Article 25

A l'expiration d'un délai de cinq ans à partir de l'entrée en vigueur de la présente Convention, toute Partie à la Convention peut la dénoncer par notification écrite adressée au Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies.

La dénonciation prendra effet pour la Partie intéressée un an après la date à laquelle elle aura été reçue par le Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies.

Article 26

Le Secrétaire général de l'Organisation des Nations Unies notifiera à tous les États Membres de l'Organisation des Nations Unies et aux États non membres mentionnés à l'article 23 :

a) Les signatures, ratifications et adhésions reçues en application de l'article 23;

b) La date à laquelle la présente Convention entrera en vigueur, en application de l'article 24;

c) Les dénonciations reçues en application de l'article 25.

Article 27

Chaque Partie à la présente Convention s'engage à prendre, conformément à sa Constitution, les mesures législatives ou autres, nécessaires pour assurer l'application de la Convention.

Article 28

The provisions of the present Convention shall supersede in the relations between the Parties thereto the provisions of the international instruments referred to in sub-paragraphs 1, 2, 3 and 4 of the second paragraph of the Preamble, each of which shall be deemed to be terminated when all the Parties thereto shall have become Parties to the present Convention.

IN FAITH WHEREOF the undersigned, being duly authorized thereto by their respective Governments, have signed the present Convention, opened for signature at Lake Success, New York, on the twenty-first day of March, one thousand nine hundred and fifty, a certified true copy of which shall be transmitted by the Secretary-General to all the Members of the United Nations and to the non-member States referred to in article 23.

Article 28

Les dispositions de la présente Convention annulent et remplacent, entre les Parties, les dispositions des instruments internationaux mentionnés aux alinéas 1, 2, 3 et 4 du deuxième paragraphe du Préambule; chacun de ces instruments sera considéré comme ayant cessé d'être en vigueur quand toutes les Parties à cet instrument seront devenues Parties à la présente Convention.

EN FOI DE QUOI, les soussignés, dûment autorisés par leurs Gouvernements respectifs, ont signé la présente Convention, qui a été ouverte à la signature à Lake Success, New-York, le vingt et un mars mil neuf cent cinquante, et dont une copie certifiée conforme sera envoyée par le Secrétaire général à tous les États Membres de l'Organisation des Nations Unies et aux États non membres visés par l'article 23.

No. 1342. CHINESE TEXT — TEXTE CHINOIS

禁止販賣人口及意圖營利使人賣淫公約

弁言

鑒於淫業以及因此而起之販人操淫業之罪惡，侮蔑人格尊嚴與價值，危害個人、家庭及社會之幸福，

鑒於禁止販賣婦孺，有下列現行國際文書：

一．經聯合國大會一九四八年十二月三日所核定議定書修正之一九〇四年五月十八日禁止販賣白奴國際協定，

二　經同議定書修正之一九一〇年五月四日禁止販賣白奴國際公約，

三　經聯合國大會一九四七年十月二十日所核定議定書修正之一九二一年九月三十日禁止販賣婦孺國際公約，

四．經同議定書修正之一九三三年十月十一日禁止販賣成年婦女國際公約

鑒於國際聯合會會於一九三七年擬訂公約草案一件以擴充上述各項文書之範圍，又

鑒於一九三七年以後之發展，茲可訂立公約一項，併合上述各項文書，兼採一九三七年公約草案內容並加適當之修正；

各締約國

爰議定

下列各條款：

第一條

本公約締約國同意：對於意圖滿足他人情慾而有下列行爲之一者，一應科罪：

一．凡招僱、引誘或拐帶他人使其賣淫，即使得本人之同意者；

二．使人賣淫，即使得本人之同意者。

第二條

本公約締約國並同意對於有下列行爲之一者，一應處罰：

一．開設或經營娼寮，或知情而出貲或貲助者；

二．知情而以或租賃房舍或其他場所或其一部供人經營淫業者。

第三條

第一條及第二條之未遂罪，以及犯有上二項罪之準備行爲者，在當地法律所許可之範圍內罰之。

第四條

故意共同犯上開第一條及第二條之罪者，亦應就當地法律所許可之範圍內加以懲處。

爲防止俾免失罰有必要時，在當地法律所許可之範圍內，參加犯罪之行爲，應作單獨罪行論。

第五條

如遇被害人依其本國法有權爲本公約所稱罪行訴訟之當事人時，外國人民亦應有權爲訴訟當事人，其條件與本國國民同。

第六條

本公約締約國各同意採取一切必要措施，對於規定覓逞或有覓逞嫌疑者，須經特別登記，或須領取特別證件，或須遵守監督或通知之特別條件之現行法律、規程、或行政規定，一律取消或廢止之。

第七條

前曾在其他國家經判決犯本公約所列之罪者，應就當地法律所許可之範圍內，合併論斷以決定：

一．累犯罪是否成立；

二．應否褫奪公權。

第八條

本公約第一條及第二條所列各罪應於本公約締約國間所訂或日後訂定之任何引渡條約中視爲得行引渡之犯罪。

本公約締約國其不以訂有條約爲引渡之條件者，此後應以本公約第一條及第二條所列各罪爲彼此引渡之案件。

引渡應依受請國之法律爲之。

第九條

引渡本國國民爲法律所不許之國家，其國民在境外犯本公約之第一條及第二條各罪，而已回至該國者，應在該國法院予以追訴，並由該國法院處罰之。

如引渡外國人民爲不可行者，本公約繙約國間遇類似情形時，不適用本條之規定。

第十條

倘被告已在外國受審，且經定罪並已受刑之執行，或依該外國法律業予免除或減輕其刑者，不適用第九條之規定。

第十一條

本公約中任何規定不得釋爲限定繙約國對於國際法下刑事管轄權限一般問題之態度。

第十二條

本公約不影響約文內所稱罪行應由各國依當地法律予以確立、追訴、及處罰之原則。

第十三條

本公約各繙約國對於他國爲懲處本公約所載罪行所作之請求書，應有依本國法律及慣例辦理之義務。

請求書之遞送應依下列方式爲之：

一．司法當局間直接行文；或

二．兩國司法部長間直接行文，或由提請國之其他主管當局直接移文受請國之司法部長；或

三．經由在受請國之請求國外交或領館代表送達；該代表應將請求書直接遞交主管司法當局或受請國政府指定機關當局，並應直接收受各該當局爲處理所請事由而作之文件。

倘採用一、三兩項方式，則必須將請求書副本送交受請國之上級當局。

除另有約定外，請求書應以提請國之語文爲之，但受請國得要求以其本國語文作成譯本，並由請求當局證明無誤。

本公約各繙約國應通知本公約其他繙約國上述各項方式中何者爲其認可之請求方式。

在任何國家未發是項通知前，其關於請求書之現行程序應繼續有效。

依請求書所爲之執行，不得因而索償專家費用以外之任何性質之規費。

本條規定不得釋爲本公約各繙約國擔允在刑事案件上採用違反其當地法律之任何取證方式或方法。

第十四條

本公約各締約國應設立或維持特種機關，負責協調及彙集本公約所稱各罪之審訊結果。

此等機關應纂輯一切協進防止及懲治本公約所稱各罪之情報，並應與其他國家之類似機關保持密切聯繫。

第十五條

第十四條所稱機關應在當地法令所許可之範圍及各該機關主管當局認爲適當之範圍內，向其他國家之類似機關主管當局提供下列情報：

一．犯本公約所列各罪或任何犯罪未遂之詳情；

二．關於犯本公約所列各罪罪犯之偵緝、追訴、逮捕、宣判、禁止入境或驅逐出境之詳情，此等罪犯之行蹤以及關於彼等之任何其他有用情報。

所提供之此等情報應備載罪犯之特徵、指紋、像片、行爲習慣、違警紀錄、犯罪紀錄。

第十六條

本公約各締約國同意經由其公私教育、衞生、社會、經濟及其他有關機關採取或推進各種措施以防止淫業並對淫業及本公約所指罪行之被害人加以感化並改善其社會地位。

第十七條

本公約締約國擔允對移入或移出人口遷動，依照本公約所規定之義務，採取或續施必需辦法，取締販賣男女以賣淫爲業。

各締約國特爲擔允：

一．制定必要之規章，對移入國境或移出國境之人等尤其婦孺，在其抵境及離境地點與途中，予以保護；

二．設法爲適當之宣傳，曉喻民衆，告以上述販人賣淫之危險；

三．採取適當辦法，於火車站、飛機場、海港、沿途以及其他公共場所，嚴爲監督，以防止國際販賣人口賣淫爲業；

四．採取適當辦法俾遇有顯係從事此種販賣之主犯及從犯或被害人抵境時，主管當局即能獲悉。

第十八條

本公約締約國擔允，依本國法令之規定，向賣淫之外國人取得口供，以憑確認其爲本人及查明其根底，並查明誰爲其離開本國之主使者。所獲供詞應送達此等人之原籍國當局，以便將來遣送其回籍。

第十九條

本公約締約國僔允，依本國法律之規定，並在不妨礙因犯法而須予追訴或採取其他行動之情形下，儘可能

一 在國際販賣人口便操淫業之貧困被害者遣送回籍辦法籌劃竣事以前，對於此等人暫時妥予照料並維持其生活，

二 將第十八條所稱之人自願被送回無着者，或由聲明負責管理之人認領者，或依法判令驅逐出境者，遣送回籍。遣送回籍應於獲得送往國知悉被遣送人之形貌、國籍及抵達邊境之地點、日期等事表示同意後始得爲之。本公約各締約國應予此等人以通過其領土之便利。

前項所稱之人如無力自僔回籍費用，又無配偶、親戚或監護人爲之代付，則將其送至距向原籍國之最近邊境或登船埠頭或飛機場之回籍費用，應由其現居國家擔負，至其餘途中費用，則應由原籍國擔負。

第二十條

本公約締約國應採取必要辦法，對各種介紹職業之機關加以監察，以防求謀就業之人，尤其婦孺，有被誘賣淫之危險。

第二十一條

本公約締約國應將其前已頒布及嗣後每年或將頒布與本公約所述事項有關之法律及條例，以及爲實施本公約所採取之一切辦法，通知聯合國秘書長。秘書長應定期印行所接獲之消息並將其送達聯合國所有會員國及依照第二十三條規定正式向其送致本公約之非會員國。

第二十二條

本公約締約國間倘因本公約之解釋及適用問題發生爭執而不能以其他方法解決時，則經爭執當事國任何一造之請求，應將其交由國際法院處理。

第二十三條

聯合國任何會員國及凡經經濟暨社會理事會邀請之其他國家均得簽署本公約。

本公約應批准之，其批准書應交存聯合國秘書長。

本條第一項所述之國家倘未簽署本公約者皆得加入本公約。

加入應以加入書交存聯合國秘書長。

就本公約之規定而言，"國家"一辭應兼指本公約締約國或加入國之所有殖民地與託管領土，以及此種國家負有國際義務之其他領土。

第二十四條

本公約於批准書或加入書二件交存聯合國秘書長後第九十日起發生效力。

對於在批准書或加入書二件交存後始行批准或加入本公約之國家，本公約於該國交存其批准書或加入書後第九十日起發生效力。

第二十五條

本公約發生效力後五年屆滿時，任一締約國均得以通知書送交聯合國秘書長聲明廢止之。

此項廢止應於聯合國秘書長接獲廢止聲明一年後對作廢止聲明之國家生效。

第二十六條

聯合國秘書長應通知聯合國各會員國及第二十三條所稱之非會員國：

(甲)秘書長所收到依第二十三條而爲之簽署、批准及加入，

(乙)本公約依第二十四條規定而發生效力之日期；

(丙)依第二十五條而爲之廢止聲明。

第二十七條

本公約締約國得允依其本國憲法制定爲確保本公約之實施所必需之法律或其他辦法。

第二十八條

本公約之規定，就締約國間之關係言，應替代并言第二段4第一、二、三、四各分段所稱各項國際文書之規定，倘其中一項文書之所有締約國均已爲本公約之締約國時，則該項文書應視爲業已失效。

爲此，下列代表各秉其本國政府所授全權，簽字於本公約，以昭信守。公曆一九五〇年三月二十一日簽訂於紐約成功湖。由秘書長將本公約正式副本分送聯合國所有會員國及第二十三條所稱非聯合國會員國之國家。

RUSSIAN TEXT — TEXTE RUSSE

№ 1342. КОНВЕНЦИЯ О БОРЬБЕ С ТОРГОВЛЕЙ ЛЮДЬМИ И С ЭКСПЛОАТАЦИЕЙ ПРОСТИТУЦИИ ТРЕТЬИМИ ЛИЦАМИ

Преамбула

Принимая во внимание, что проституция п сопровождающее ее зло, каковым является торговля людьми, преследующая цели проституции, несовместимы с достоинством и ценностью человеческой личностн и угрожают благосостоянию человека, семьп и общества,

Принимая во внимание, что в отношении борьбы с торговлей женщинами и детьми имеют силу нижеследующие международные акты :

1. Международный договор от 18 мая 1904 г. о борьбе с торговлей белыми рабынями, с изменениями, внесенными в него Протоколом, утвержденным Геиеральной Ассамблеей Организации Объединенных Наций 3 декабря 1948 года;

2. Международная конвенция от 4 мая 1910 г. о борьбе с торговлей белыми рабынями, с изменениями, внесенными в нее упомянутым выше Протоколом;

3. Международиая конвенция от 30 сентября 1921 г. о борьбе с торговлей женщинами п детьми, с измеиениями, внесенными в нее Протоколом, принятым Генеральной Ассамблеей Организации Объединенных Наций 20 октября 1947 года;

4. Международная конвенция от 11 октября 1933 г. о борьбе с торговлей совершеннолетними женщинами, с изменениями, внесенными в нее указанным Протоколом,

Принимая во внимание, что в 1937 году Лигой Паций был составлен нроект конвенция, расширивший круг действия указанных выше актов,

Принимая во внимание, что новые факторы, возникшие с 1937 года, делают возможным заключеиие конвенции, объединяющей в себе вышеуказанные акты и включающей основные положения проекта конвенции 1937 года, равно как и желательные поправки к нему,

посему,

договаривающиеся стороны

настоящим согласились со следующим:

Статья 1

Стороны в настоящей Конвенции обязуются подвергать наказанию каждого, кто для удовлетворения похотн другого лица :

1. сводит, склоняет или совращает в целях проституцин другое лицо, даже с согласия этого лица;

2. эксплоатирует нроституцию другого лица, даже с согласия этого лица.

Статья 2

Стороны в настоящей Конвенции обязуются далее подвергать наказанию каждого, кто :

1. содержит дом терпимости или управляет им, или созиательпо финапсирует или принимает участие в финансировании дома терпимости;

2. сдает в аренду или снимает здание или другое место, или часть такового, зная, что они будут использованы в целях проституции третьими лицами.

Статья 3

Поскольку это совместимо с требованиями внутрениего законодательства, покушения на совершение любого из предусмотренных в статьях 1 и 2 правонарушений, равно как и действия, подготовительные к совершению таковых, также являются наказуемыми.

Статья 4

Поскольку это совместимо с требованиями внутрениего закоподательства, умышлениое участие в предусмотренных в статьях 1 и 2 актах также паказуеться.

Поскольку это допускастся требованиями внутрениего законодательства, акты соучастия рассматриваются как отдельные пресупления, если это является необходимым для предупреждения безнаказанности.

Статья 5

В тех случаях, когда потерпевшие лица имеют право на осиовании внутреинего законодательства выступать истцами в делах, касающихся любых преступлений, предусмотренных настоящей Коивенцией, иностранцы пользуются этим правом наравие с гражданами данного государства.

Статья 6

Каждая стороиа в настоящей Конвенции обязуется принимать все необходимые меры для отмены или аннулирования любого действующего закона, постановления или административного распоряжения, в силу которых

лица, занимающиеся или подозреваемые в занятии проституцией, либо подлежат особой регистрации, либо должны иметь особый документ, либо подчиняются исключительным требованиям, имеющим своей целью контроль или оповещение.

Статья 7

Приговоры, вынесенные ранее в других государствах за преступления, предусмотренные пастоящей Конвенцией, принимаются во внимание, поскольку это допускается внутренним законодательством, для :

1. установления факта рецидивизма;

2. лишения преступника политических и гражданских прав.

Статья 8

Преступления, предусмотренные в статьях 1 и 2 настоящей Конвенции, рассматриваются как преступления, влекущие за собой выдачу, и на них распространяется любой договор о выдаче преступников, который был или будет заключен между любыми сторонами в этой Конвенции.

Те стороны в настоящей Конвенции, которые не обусловливают выдачу преступников существованием о том договоров, отныне в своих взаимоотношениях признают нреступления, предусмотренные в статьях 1 и 2 настоящей Конвенции, преступлениями, влекущими за собой выдачу.

Выдача производится согласно закону того государства, к которому обращено требование о выдаче.

Статья 9

В государствах, в которых принции выдачи своих граждан не нризнается законом, граждане, которые возвращаются в свое государство носле совершения ими в другом государстве любого из преступлений, указанных в статьях 1 и 2 настоящей Конвенции, подвергаются преследованию и наказанию по суду их собственного государства.

Это положение не применяется, если в делах такого рода, возникающих между сторонами настоящей Конвенции, требование о выдаче иностранца не может быть удовлетворено.

Статья 10

Положения статьи 9 пе применяются, если лицо, обвиняемое в совершении преступления, было судимо в другом государстве, и в случае обвинительного нриговора, отбыло наказание или было от наказания освобождено, или срок его наказания был сокращен в соответствии с законами этого государства.

Статья 11

Нячто в настоящей Конвенции не должно быть нстолковано как определение отношения той или иной стороны в ней к общему вопросу о пределах уголовной юрисдикции в соответствии с нормами международного права.

Статья 12

Настоящая Конвенция не нарушает прнципа, согласно которому предусмотренные Конвенцией преступления в каждом отдельном государстве определяются, равно как виновные в совершении их лица нреследуются н наказываются но законам этого государства.

Статья 13

Стороны в иастоящей Конвенции обязуются выполнять, в соответствии со своими собственными законами н практикой, судебные поручения, относящиеся к предусмотренным в настоящей Копвенции преступлениям.

Передача судебных поручений пронзводится :

1. путем неносредственных сношений между судебными властями; или

2. путем непосредственных сношений между министрамн юстицин двух государств или путем непосредственного обращения других надлежащих властей государства, от которого исходит поручение, к министру юстиции государства, к которому оно обращено; или

3. через посредство дипломатических или консульских нредставителей государства, от которого исходит поручение, государству, к которому оно обращено. Означенный представитель направляет судебное поручение непосредственно соответствующим судебным властям или же властям, указанным правительством того государства, к которому поручение обращено, нрнчем он получает от этих властей непосредственно документы, являющиеся актом выполнения судебного поручення.

В предусмотренных в пунктах 1 и 3 случаях судебное норучение носылается в копии высшим властям того государства, к которому оно обращено.

Еслн не имеется какого-либо иного соглашения, судебное порученне всегда составляется па языке тех властей, от которых оно исходит, нри непременном условии, что государство, к которому поручение обращено, может требовать представления перевода на свой язык, засвидетельствованиого теми властями, от которых поручение исходит.

Каждая сторона в настоящей Конвенции уведомляет каждую другую сторону в этой Конвенции о том методе или о тех методах из упомянутых выше, которые будут считаться ею приемлемыми при направлении ей судебных поручений этим другим государством.

Пока какое-либо государство не сделает такого уведомления, существующий в нем порядок в отношенни судебных норучений остается в силе.

Выполнение судебных поручений не может служить основанием для требования о возмещении каких бы то ни было расходов или издержек, за исключением расходов по экспертизе.

Ничто в иастоящей статье не должно быть истолковано как обязательство сторои в настоящей Конвенции применять в уголовных делах какую-либо форму или какие-либо методы доказательства, несовместимые с их собственными законами.

Статья 14

Каждая сторона в пастоящей Конвенции учреждает и содержит орган, которому поручается координация и цеитрализация результатов раселедования предусмотренных в настоящей Конвенции преступлений.

Эти органы компилируют всю информацию, собираемую для того, чтобы облегчить предупреждение предусматриваемых в пастоящей Конвенции преступлений и наложение наказаний за них, причем эти органы поддерживают тесный контакт с аналогичными органами других стран.

Статья 15

Поскольку это совместимо с требованиями внутреннего закоиодательства и поскольку это будет прнзнано желательным властями, которым подчинены указанные в статье 14 органы, последние сообщают властям, которым подчинены аналогичные органы в других государствах, следующую информацию :

1. иодробности о каждом нз предусматриваемых в иастоящей Конвенции преступлений и о каждом покушении на совершение такого преступления;

2. иодробиости о всех случаях розыска, а также уголовного преследования, ареста, осуждения, отказов в допущении и высылке лиц, виновных в совершения преступлений, иредусматриваемых в настоящей Конвенции, а также о перемене местожительства таких лиц н любую иную касающуюся их полезную информацию.

Сообщаемая таким путем информация включает описание преступников, их дактилоскопические отпечатки, фотоснимки, сообщение о методе работы, полицейские справки и справки о судимости.

Статья 16

Стороны в настоящей Конвенции — через посредство своих иравительственных или частных учреждений в области образования, здравоохранения, социального и экономического обслуживания и нных связанных с ним видов обслуживании — обязуются принимать или иоощрять все необходимые меры по борьбе с проституцией и по возвращению и приспособлению жертв проституции и предусматриваемых в иастоящей Конвенции преступлений к нормальным социальным условиям.

Статья 17

В отношении иммиграции и эмиграции стороны в настоящей Конвенции обязуются принимать и проводить все меры, которые требуются согласно обязательствам, принятым ими на себя в соответствии с пастоящей Конвенцией, для нресечения торговли людьмн обоего пола, нреследующей цели проституции.

В частности, оии обязуются :

1. пздавать все необходимые постановления для защиты иммигрантов н эмигрантов и, в особенности, женщии н дстей в пунктах их прибытия п отправления, а также во время их следования;

2. принимать меры для соответствующего оповещения паселения об опасностях упомянутой торговли;

3. принимать падлежащие меры для обеспечения наблюдения за железнодорожными станциями, авиапортами, портами и другими общественными местами, а также па пути следования, для предупреждения международной торговли людьми, преследующей цели проституции;

4. принимать все необходимые меры в целях уведомления соответствующих властей о прибытии лиц, которые по имеющимся сведениям prima facie являются главными виновниками, соучастниками или жертвами этой торговли.

Статья 18

Стороны в настоящей Конвенции обязуются — в соответствии с условиями, установленными их собственными законами — собирать сведения о всех иностранцах, занимающихся проституцией, в целях установления их личности и социального положения, а также в целях обнаружения лиц, побудивших их покинуть свое государство. Эти сведения сообщаются властями государства происхождения озпаченных лиц в целях их последующей репатриации.

Статья 19

Стороны в пастоящей Конвенции обязуются, в соответствии с условиями, устаповленными их собственными законами, и не отменяя этим нреследования или нных мероприятий, вызываемых парушением этих закоиов, и поскольку это возможно :

1. впредь до проведения окончательных меропритий по репатриации бедствующих лиц, ставших жертвами международной торговли людьми, преследующей цели проституции, принимать падлежащие меры по оказанию им временной помощи и поддержки;

2. репатриировать указанных в статье 18 лиц, если они этого пожелают или если поступило требование об их репатриации со стороны лиц, в чьем распоряжении они состоят, или если имеется основанный на законе приказ об их высылке из страны. Репатриация производится лишь после того, как достигнуто соглашенне с государством назпачения о личности н гражданстве репатриируемого лица или о месте н дате его прибытия на границу. Каждая сторона в настоящей Конвенции способствует проезду такого лнца через свою территорию.

В случаях, когда указанные в предыдущем абзаце лица не могут сами возместить расходов по репатриации и не имеют ни супруга, ни родных, ии опекуна, которые заплатили бы за них, расходы но реиатриации до границы, порта отправлеиия или авиапорта, ближайших к государству их происхождения, оплачиваются государством, в котором данные лица проживают, а остальные связанные с этим расходы принимает на себя государство их пронсхождения.

Статья 20

Стороны в настоящей Конвенции принимают необходимые меры по наблюдеиию за конторами по найму труда, если эти меры ими еще не приняты, в целях ограждения лиц, ищущих работы, в особенности женщин и детей, от опасности возможной их эксплоатации в целях проституции.

Статья 21

Стороны в настоящей Конвенции сообщают Генеральному Секретарю Оргаиизации Объединениых Наций о законах и постановлениях, отпосящихся к предмету настоящей Конвенции и изданных в их государствах, и ежегодно после этого сообщают о законах и постановлениях, которые будут изданы в связн с Конвенцией, а также о всех принятых мерах, касающихся применения настоящей Конвенции. Эта ииформация периодически опубликовывается Генеральпым Секретарем и рассылается им всем членам Организации Объединенных Наций, а также не состоящим членами Организация государствам, которым настоящая Конвенция официально сообщается в соответствии со статьей 23.

Статья 22

Если между сторонами в настоящей Конвенции возникает сиор относительно ее толкования или примепения и если этот спор не может быть разрешен иным путем, по требованию любой из сторон в споре, последний передается в Международный Суд.

Статья 23

Настоящая Конвенция открыта для подписания от имени любого члена Организации Объединенных Наций, а также от имени любого другого государства, которому Экономическим и Социальным Советом было обращено соответствующее приглашение.

Настоящая Конвенция подлежит ратификации и акты ратификации депонируются у Генерального Секретаря Организации Объединенных Наций.

Государства, упоминаемые в первом абзаце и не подписавшие настоящую Конвенцию, могут к ней присоединиться.

Присоединение совершается путем депонирования у Генерального Секретаря Организации Объединенных Наций акта о присоединении.

В настоящей Конвенции слово « государство » включает все колонии и подопечные территории государства, подписавшего пастоящую Конвенцию или прнсоединившегося к ней, и все территории, за которые это государство несет международную ответетвеиность.

Статья 24

Настоящая Конвенция вступает в силу на девяностый день после даты депоиирования второго акта о ратификации или присоединении.

В отношеннн каждого государства, ратифицирующего настоящую Конвенцию или присоединяющегося к ней после депоиирования второго акта о ратификации или присоединении, настоящая Конвенция вступает в силу через девяносто дней после депонирования этим государством своего акта о ратнфикации или прнсоедииеиии.

Статья 25

По истечении пяти лет со времени вступлении настоящей Конвенции в силу, любая сторона в настоящей Конвенции может денопсировать ее путем письменного уведомления об этом, адресованного Генеральному Секретарю Организации Объединеииых Наций.

Такая денонсация вступает в силу в отношеиии заявляющей о ней стороны через год после даты получения ее заявления Генеральным Секретарем Организации Объединенных Наций.

Статья 26

Генеральный Секретарь Организации Объединенных Наций уведомляет всех членов Организацни Объединенных Наций и государства, не состоящие членами Организации н упомянутые в статье 23 :

а) об актах подписания, ратификации и присоединения, полученпых в соответствни со статьей 23;

б) о дате вступления в силу настоящей Конвенции в соответствии со статьей 24;

с) о денонсациях, заявления о которых получены в соответствии со статьей 25.

Статья 27

Каждая сторона в настоящей Конвенции обязуется принять, в соответствии со своей конституцией, законодательные или иные мероприятия, необходимые для того, чтобы обеспечить применение настоящей Конвенции.

Статья 28

Положения настоящей Конвенции, поскольку это касастся взаимоотношений между сторонами в пей, отменяют положения международных актов, упоминаемых в пунктах 1, 2, 3 и 4 второго абзаца преамбулы, причем каждый из этих актов считается аннулированным после того, как все стороны в них станут сторонами в настоящей Конвенции.

В УДОСТОВЕРЕНИЕ ЧЕГО нижеподписавшиеся, должным образом уполномоченные соответствующими правительствами, подписали настоящую Конвенцию, открытую для подписания в Лейк Соксес, Нью-Йорк, 21 марта тысяча девятьсот пятидесятого года; одна точная заверенная кония Конвенции будет разослана Генеральным Секретарем всем государствам-члеиам Организации Объединеиных Наций п всем государствам, не состоящим членами Органнзации, к которым относятся положения статьи 23.

SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL

No. 1342. CONVENIO PARA LA REPRESION DE LA TRATA DE PERSONAS Y DE LA EXPLOTACION DE LA PROSTITUCION AJENA

PREÁMBULO

Considerando que la prostitución y el mal que la acompaña, la trata de personas para fines de prostitución, son incompatibles con la dignidad y el valor de la persona humana y ponen en peligro el bienestar del individuo, de la familia y de la comunidad,

Considerando que, con respecto a la represión de la trata de mujeres y niños, están en vigor los siguientes instrumentos internacionales :

1. Acuerdo international del 18 de mayo de 1904 para la represión de la trata de blancas, modificado por el Protocolo aprobado por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 3 de diciembre de 1948,

2. Convenio internacional del 4 de mayo de 1910 para la represión de la trata de blancas, modificado por el precitado Protocolo,

3. Convenio internacional del 30 de septiembre de 1921 para la represión de la trata de mujeres y niños, modificado por el Protocolo aprobado por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 20 de octubre de 1947,

4. Convenio internacional del 11 de octubre de 1933 para la represión de la trata de mujeres mayores de edad, modificado, por el precitado Protocolo,

Considerando que la Sociedad de las Naciones redactó en 1937 un proyecto de Convenio para extender el alcance de tales instrumentos; y

Considerando que la evolución ocurrida en la situación desde 1937 hace posible la conclusión de un convenio para fusionar los instrumentos precitados en uno que recoja el fondo del proyecto de Convenio de 1937 así como las modificaciones que se estime conveniente introducir;

Por lo tanto,

Las Partes Contratantes

Convienen, por el presente, en lo que a continuación se establece:

Artículo 1

La Partes en el presente Convenio se comprometen a castigar a toda persona que, para satisfacer las pasiones de otra :

1. Concertare la prostitución de otra persona, la indujere a la prostitución o la corrompiere con objeto de prostituirla, aun con el consentimiento de tal persona;

2. Explotare la prostitución de otra persona, aun con el consentimiento de tal persona.

Artículo 2

La Partes en el presente Convenio se comprometen asimismo a castigar a toda persona que :

1. Mantuviere una casa de prostitución, la administrare o a sabiendas la sostuviere o participare en su financiamiento;

2. Diere o tomare a sabiendas en arriendo, un edificio u otro local, o cualquier parte de los mismos, para explotar la prostitución ajena.

Artículo 3

En la medida en que lo permitan las leyes nacionales, serán también castigados toda tentativa de cometer las infracciones mencionadas en los artículos 1 y 2 y todo acto preparatorio de su comisión.

Artículo 4

En la medida en que lo permitan las leyes nacionales, será también punible la participación intencional en los actos delictuosos mencionados en los artículos 1 y 2.

En la medida en que lo permitan las leyes nacionales, los actos de participación serán considerados como infracciones distintas en todos los casos en que ello sea necesario par evitar la impunidad.

Artículo 5

Cuando las personas perjudicadas tuvieren derecho, con arreglo a las leyes nacionales, a constituirse en parte civil respecto a cualquiera de las infracciones mencionadas en el presente Convenio, los extranjeros tendrán el mismo derecho en condiciones de igualdad con los nacionales.

Artículo 6

Cada una de las Partes en el presente Convenio conviene en adoptar todas las medidas necesarias para derogar o abolir cualquier ley, reglamento o disposición administrativa vigente, en virtud de la cual las personas dedicadas a la prostitución o de quienes se sospeche que se dedican a ella, tengan que inscribirse en un registro especial, que poseer un documento especial o que cumplir algún requisito excepcional para fines de vigilancia o notificación.

Artículo 7

En la medida en que lo permitan las leyes nacionales, las condenas anteriores pronunciadas en Estados extranjeros por las infracciones mencionadas en el presente Convenio, se tendrán en cuenta para :

1. Determinar la reincidencia,

2. Inhabilitar al infractor para el ejercicio de sus derechos civiles o políticos.

Artículo 8

Las infracciones mencionadas en los artículos 1 y 2 del presente Convenio serán consideradas como casos de extradición en todo tratado de extradición ya concertado o que ulteriormente se concierte entre cualesquiera de las Partes en el presente Convenio.

Las Partes en el presente Convenio que no subordinen la extradición a la existencia de un tratado, deberán reconocer en adelante las infracciones mencionadas en los artículos 1 y 2 del presente Convenio como casos de extradición entre ellas.

La extradición será concedida con arreglo a las leyes del Estado al que se formulare la petición de extradición.

Artículo 9

En los Estados cuya legislación no admita la extradición de nacionales, los nacionales que hubieren regresado a su propio Estado después de haber cometido en el extranjero cualquiera de las infracciones mencionadas en los artículos 1 y 2 del presente Convenio, serán enjuiciados y castigados por los tribunales de su propio Estado.

No se aplicará esta disposición cuando, en casos análogos entre las Partes en el presente Convenio, no pueda concederse la extradición de un extranjero.

Artículo 10

Las disposiciones del artículo 9 no se aplicarán cuando el inculpado hubiere sido enjuiciado en un Estado extranjero y, caso de haber sido condenado, hubiere cumplido su condena o se le hubiere condonado o reducido la pena con arreglo a lo dispuesto en las leyes de tal Estado extranjero.

Artículo 11

Ninguna de las disposiciones del presente Convenio deberá interpretarse en el sentido de prejuzgar la actitud de cualquiera de las Partes respecto a la cuestión general de los límites de la jurisdicción penal en derecho internacional.

Artículo 12

El presente Convenio no afecta al principio de que las infracciones a que se refiere habrán de ser definidas, enjuiciadas y castigadas, en cada Estado, conforme a sus leyes nacionales.

Artículo 13

La Partes en el presente Convenio estarán obligadas a ejecutar las comisiones rogatorias relativas a las infracciones mencionadas en este Convenio, conforme a sus leyes y prácticas nacionales.

La transmisión de comisiones rogatorias se efectuará :

1. Por comunicación directa entre las autoridades judiciales;

2. Por comunicación directa entre los Ministros de Justicia de los dos Estados, o por comunicación directa de otra autoridad competente del Estado que formulare la solicitud al Ministro de Justicia del Estado al cual le fuese formulada la solicitud; o

3. Por conducto del representante diplomático o consular del Estado que formulare la solicitud, acreditado en el Estado al cual le fuese formulada la solicitud; tal representante enviará las comisiones rogatorias directamente a la autoridad judicial competente o a la autoridad indicada por el gobierno del Estado al cual le fuese formulada la solicitud, y deberá recibir, directamente de tal autoridad, los documentos que constituyan la ejecución de las comisiones rogatorias.

En los casos 1 y 3 se enviará siempre una copia de la comisión rogatoria a la autoridad superior del Estado al cual le fuese formulada la solicitud.

Salvo acuerdo en contrario, las comisiones rogatorias serán redactadas en el idioma de la autoridad que formulare la solicitud, pero el Estado al cual le fuese formulada la solicitud podrá pedir una traducción a su propio idioma, certificada conforme al original por la autoridad que formulare la solicitud.

Cada una de las Partes en el presente Convenio notificará a cada una de las demás Partes cuál o cuáles de los medios de transmisión anteriormente mencionados reconocerá para las comisiones rogatorias de tal Parte.

Hasta que un Estado haya hecho tal notificación, seguirá en vigor el procedimiento que utilice normalmente en cuanto a las comisiones rogatorias.

La ejecución de las comisiones rogatorias no dará lugar a reclamación de reembolso por derechos o gastos de ninguna clase, salvo los gastos de peritaje.

Nada de lo dispuesto en el presente artículo deberá interpretarse en el sentido de comprometer a las Partes en el presente Convenio a adoptar en materia penal cualquier forma o método de prueba que sea incompatible con sus leyes nacionales.

Artículo 14

Cada una de las Partes en el presente Convenio establecerá o mantendrá un servicio encargado de coordinar y centralizar los resultados de las investigaciones sobre las infracciones a que se refiere el presente Convenio.

Tales servicios tendrán a su cargo la compilación de toda información que pueda facilitar la prevención y el castigo de las infracciones a que se refiere el presente Convenio y deberán mantener estrechas relaciones con los servicios correspondientes de los demás Estados.

Artículo 15

En la medida en que lo permitan las leyes nacionales y en que las autoridades encargadas de los servicios mencionados en el artículo 14 lo estimaren conveniente, tales autoridades deberán suministrar a las encargadas de los servicios correspondientes en otros Estados, los datos siguientes :

1. Información detallada respecto a cualquiera de las infracciones mencionadas en el presente Convenio o a las tentativas de cometerlas;

2. Información detallada acerca de cualquier enjuiciamiento, detención, condena, negativa de admisión o expulsión de personas culpables de cualquiera de las infracciones mencionadas en el presente Convenio, así como de los desplazamientos de tales personas y cualesquiera otros datos pertinentes.

Los datos suministrados en esta forma habrán de incluir la descripción de los infractores, sus impresiones digitales, fotografías, métodos de operación, antecedentes policiales y antecedentes penales.

Artículo 16

Las Partes en el presente Convenio se comprometen a adoptar medidas para la prevención de la prostitución y para la rehabilitación y adaptación social de las víctimas de la prostitución y de las infracciones a que se refiere el presente Convenio, o a estimular la adopción de tales medidas, por sus servicios públicos o privados de carácter educativo, sanitario, social, económico y otros servicios conexos.

Artículo 17

Las Partes en el presente Convenio se comprometen a adoptar o mantener, en relación con la inmigración y la emigración, las medidas que sean necesarias, con arreglo a sus obligaciones en virtud del presente Convenio, para combatir la trata de personas de uno u otro sexo para fines de prostitución.

En especial se comprometen :

1. A promulgar las disposiciones reglamentarias que sean necesarias para proteger a los inmigrantes o emigrantes, y en particular a las mujeres y a los niños, tanto en el lugar de llegada o de partida como durante el viaje,

2. A adoptar disposiciones para organizar una publicidad adecuada en que se advierta al público el peligro de dicha trata,

3. A adoptar las medidas adecuadas para garantizar la vigilancia en las estaciones de ferrocarril, en los aeropuertos, en los puertos marítimos y durante los viajes y en otros lugares públicos, a fin de impedir la trata internacional de personas para fines de prostitución,

4. A adoptar las medidas adecuadas para informar a las autoridades competentes de la llegada de personas que *prima facie* parezcan ser culpables o cómplices de dicha trata o víctimas de ella.

Artículo 18

Las Partes en el presente Convenio se comprometen, con arreglo a las condiciones prescritas en sus leyes nacionales, a tomar declaraciones a las personas extranjeras dedicadas a la prostitución, con objeto de establecer su identidad y estado civil y de determinar las causas que les obligaron a salir de su Estado. Los datos obtenidos serán comunicados a las autoridades del Estado de origen de tales personas, con miras a su repatriación eventual.

Artículo 19

La Partes en el presente Convenio se comprometen, con arreglo a las condiciones prescritas en sus leyes nacionales y sin perjuicio del enjuiciamiento o de otra acción por violaciones de sus disposiciones, en cuanto sea posible :

1. A adoptar las medidas adecuadas para proporcionar ayuda y mantener a las víctimas indigentes de la trata internacional de personas para fines de prostitución, mientras se tramita su repatriación;

2. A repatriar a las personas a que se refiere el artículo 18 que desearen ser repatriadas o que fueren reclamadas por personas que tengan autoridad sobre ellas, o cuya expulsión se ordenare conforme a la ley. La repatriación se llevará a cabo únicamente previo acuerdo con el Estado de destino en cuanto a la identidad y la nacionalidad de las personas de que se trate, así como respecto al lugar y a la fecha de llegada a las fronteras. Cada una de las Partes en el presente Convenio facilitará el tránsito de tales personas a través de su territorio.

Cuando las personas a que se refiere el párrafo precedente no pudieren devolver el importe de los gastos de su repatriación y carecieren de cónyuge, parientes o tutores que pudieren sufragarlos, la repatriación hasta la frontera, el puerto de embarque o el aeropuerto más próximo en dirección del Estado de origin, será costeada por el Estado de residencia y el coste del resto del viaje será sufragado por el Estado de origen.

Artículo 20

La Partes en el presente Convenio, si no lo hubieren hecho ya, deberán adoptar las medidas necesarias para la inspección de las agencias de colocación, a fin de impedir que las personas que buscan trabajo, en especial las mujeres y los niños, se expongan al peligro de la prostitución.

Artículo 21

Las Partes en el presente Convenio comunicarán al Secretario General de las Naciones Unidas las leyes y reglamentos que ya hubieren sido promulgados en sus Estados y, en lo sucesivo, comunicarán anualmente toda ley o reglamento que promulgaren respecto a las materias a que se refiere el presente Convenio, así como toda medida adoptada por ellas en cuanto a la aplicación del Convenio. Las informaciones recibidas serán publicadas periódicamente por el Secretario General y enviadas a todos los Miembros de las Naciones Unidas y a los Estados no miembros a los que se comunique oficialmente el presente Convenio con arreglo al artículo 23.

Artículo 22

En caso de que surgiere una controversia entre las Partes en el presente Convenio, respecto a su interpretación o aplicación, y que tal controversia no pudiere ser resuelta por otros medios, será sometida a la Corte Internacional de Justicia, a petición de cualquiera de las partes en la controversia.

Artículo 23

El presente Convenio quedará abierto a la firma de todo Miembro de las Naciones Unidas, así como de cualquier otro Estado al cual el Consejo Económico y Social hubiere dirigido una invitación al efecto.

El presente Convenio será ratificado y los instrumentos de ratificación serán depositados en la Secretaría General de las Naciones Unidas.

Los Estados a que se refiere el párrafo primero, que no hayan firmado el Convenio, podrán adherirse a él.

La adhesión se efectuará mediante el depósito de un instrumento de adhesión en la Secretaría General de las Naciones Unidas.

A los efectos del presente Convenio, el término « Estado » comprenderá igualmente a todas las colonias y Territorios bajo fideicomiso de un Estado que firme el Convenio o se adhiera a él, así como a todos los demás territorios de cuyas relaciones internacionales sea responsable tal Estado.

Artículo 24

El presente Convenio entrará en vigor noventa días después de la fecha de depósito del segundo instrumento de ratificación o adhesión.

Respecto a cada Estado que ratifique el Convenio, o se adhiera a él, después del depósito del segundo instrumento de ratificación o adhesión, el Convenio entrará en vigor noventa días después del depósito por tal Estado de su instrumento de ratificación o adhesión.

Artículo 25

Transcurridos cinco años después de su entrada en vigor, cualquier Parte en el presente Convenio podrá denunciarlo mediante notificación por escrito dirigida al Secretario General de las Naciones Unidas.

Tal denuncia surtirá efecto, con respecto a la Parte que la formule, un año después de la fecha en que sea recibida por el Secretario General de las Naciones Unidas.

Artículo 26

El Secretario General de las Naciones Unidas notificará a todos los Miembros de las Naciones Unidas y a los Estados no miembros a los que se refiere el artículo 23 :

a) De las firmas, ratificaciones y adhesiones, recibidas con arreglo al artículo 23;

b) De la fecha en que el presente Convenio entrará en vigor, con arreglo al artículo 24;

c) De las denuncias recibidas con arreglo al artículo 25.

Artículo 27

Cada Parte en el presente Convenio se compromete a adoptar, de conformidad con su Constitución, las medidas legislativas o de otra índole necesarias para garantizar la aplicación del presente Convenio.

Artículo 28

Las disposiciones del presente Convenio abrogarán, en las relaciones entre las Partes en el mismo, las disposiciones de los instrumentos internacionales mencionados en los incisos 1, 2, 3 y 4 del segundo párrafo del Preámbulo, cada uno de los cuales se considerará caducado cuando todas las Partes en el mismo hayan llegado a ser Partes en el presente Convenio.

EN FE DE LO CUAL, los infrascritos, debidamente autorizados para ello por sus respectivos Gobiernos, han firmado el presente Convenio, el cual ha sido abierto a la firma en Lake Success, Nueva York, el veintiuno de marzo de mil novecientos cincuenta, y del cual se enviará una copia certificada conforme al original por el Secretario General a todos los Estados Miembros de la Organización de las Naciones Unidas y a los Estados no miembros a los cuales se refiere el Artículo 23.

FOR DENMARK:
POUR LE DANEMARK:
丹麥：
За Данию:
POR DINAMARCA:

C. D. HOLTEN-EGGERT
12.II.1951

FOR ECUADOR:
POUR L'EQUATEUR:
厄瓜多：
За Эквадор:
POR EL ECUADOR:

Homero VITERI L.
March 24, 1950

FOR INDIA:
POUR L'INDE:
印度：
За Индию:
POR LA INDIA:

M. Gopala MENON
May 9, 1950

FOR LIBERIA:
POUR LE LIBÉRIA:
利比里亞：
За Либерию:
POR LIBERIA:

R. BRIGHT
March 21, 1950

FOR THE GRAND DUCHY OF LUXEMBOURG:
POUR LE GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG:
盧森堡大公國：
За Великое Герцогство Люксембург:
POR EL GRAN DUCADO DE LUXEMBURGO:

Ad referendum
Joseph BECH
9 Oct. 1950

FOR PAKISTAN:
POUR LE PAKISTAN:
巴基斯坦:
За Пакистан
POR EL PAKISTÁN:

Zafrulla KHAN
March 21st 1950

FOR THE PHILIPPINE REPUBLIC:
POUR LA RÉPUBLIQUE DES PHILIPPINES:
菲律賓共和國:
За Филиппинскую Республику:
POR LA REPÚBLICA DE FILIPINAS:

Carlos P. RÓMULO
December 20, 1950

FOR THE UNION OF SOUTH AFRICA:
POUR L'UNION SUD-AFRICAINE:
南非聯邦:
За Южно-Африканский Союз:
POR LA UNIÓN SUDAFRICANA:

G. P. JOOSTE
October 16, 1950

FOR YUGOSLAVIA:
POUR LA YOUGOSLAVIE:
南斯拉夫:
За Югославию:
POR YUGOESLAVIA:

Ales BEBLER
6 février 1951

FINAL PROTOCOL

Nothing in the present Convention shall be deemed to prejudice any legislation which ensures, for the enforcement of the provisions for securing the suppression of the traffic in persons and of the exploitation of others for purposes of prostitution, stricter conditions than those provided by the present Convention.

The provisions of articles 23 to 26 inclusive of the Convention shall apply to the present Protocol.

PROTOCOLE DE CLOTURE

Aucune des dispositions de la présente Convention ne devra être considérée comme portant atteinte à toute législation prévoyant, pour l'application des dispositions tendant à la suppression de la traite internationale des êtres humains et de l'exploitation d'autrui aux fins de prostitution, des conditions plus rigoureuses que celles prévues par la présente Convention.

Les dispositions des articles 23 à 26 inclus de la Convention seront applicables au présent Protocole.

CHINESE TEXT — TEXTE CHINOIS

蔵事文件

凡任何法令，其執行禁止販賣人口及意圖營利使人賣淫各條款較本公約規定爲嚴者，不得認爲與本公約有所牴觸。

本公約第二十三條至第二十六條之規定、對本蔵事文件應適用之。

RUSSIAN TEXT — TEXTE RUSSE

ЗАКЛЮЧИТЕЛЬНЫЙ ПРОТОКОЛ

Ничто в настоящей Конвенции не должно рассматриваться как препятствие к выполнению требований каких-либо законов, устанавливающих более строгие условия для осуществления положений, обеспечивающих борьбу с торговлей людьми и с эксплоатацией других лиц в целях проституции, чем условия, предусмотренные иастоящей Конвенцией.

Положения статей 23-26 настоящей Конвенции применимы к иастоящему Протоколу.

SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL

PROTOCOLO FINAL

Nada en el presente Convenio podrá interpretarse en perjuicio de cualquier legislación que, para la aplicación de las disposiciones encaminadas a la represión de la trata de personas y de la explotación de la prostitución ajena, prevea condiciones más severas que las estipuladas por el presente Convenio.

Las disposiciones de los artículos 23 a 26 inclusive del Convenio se aplicarán a este Protocolo.

FOR DENMARK:
POUR LE DANEMARK:
丹麥：
За Данию:
POR DINAMARCA:

C. D. HOLTEN-EGGERT
12.II.1951

FOR ECUADOR:
POUR L'EQUATEUR:
厄瓜多：
За Эквадор:
POR EL ECUADOR:

Homero VITERI L.
March 24, 1950

FOR INDIA:
POUR L'INDE:
印度：
За Индию:
POR LA INDIA:

M. Gopala MENON
May 9, 1950

FOR LIBERIA:
POUR LE LIBÉRIA:
利比里亞：
За Либерию:
POR LIBERIA:

R. BRIGHT
March 21, 1950

FOR THE GRAND DUCHY OF LUXEMBOURG:
POUR LE GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG:
盧森堡大公國：
За Великое Герцогство Люксембург:
POR EL GRAN DUCADO DE LUXEMBURGO:

Ad referendum
Joseph BECH
9 Oct. 1950

FOR PAKISTAN:
POUR LE PAKISTAN:
巴基斯坦:
За Пакистан:
POR EL PAKISTÁN:

Zafrulla KHAN
March 21st 1950

FOR THE PHILIPPINE REPUBLIC:
POUR LA RÉPUBLIQUE DES PHILIPPINES:
菲律賓共和國：
За Филиппинскую Республику:
POR LA REPÚBLICA DE FILIPINAS:

Carlos P. RÓMULO
December 20, 1950

FOR THE UNION OF SOUTH AFRICA:
POUR L'UNION SUD-AFRICAINE:
南非聯邦：
За Южно-Африканский Союз:
POR LA UNIÓN SUDAFRICANA:

G. P. JOOSTE
October 16, 1950

FOR YUGOSLAVIA:
POUR LA YOUGOSLAVIE:
南斯拉夫：
За Югославию:
POR YUGOESLAVIA:

Ales BEBLER
6 février 1951